

## DEFICIÊNCIA AUDITIVA: uma superação possível a partir da adaptação do currículo

FONSECA, Yolanda Domingues <sup>1</sup>

ANDRADE, Lizbeth Oliveira de<sup>2</sup>

1

### RESUMO

Neste artigo temos como pretensão apresentar uma discussão de parte dos estudos realizados durante a disciplina Currículos e conhecimento escolar, oferecida no sétimo termo de Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF). Abordamos sobre a deficiência auditiva e a possível adaptação do currículo escolar para atender essa necessidade educacional. Os objetivos são compreender e analisar a deficiência auditiva e sua trajetória; buscar apontamentos para a organização do currículo escolar. Para tanto, nosso aporte teórico se deu por meio de pesquisa bibliográfica.

Palavras-Chaves: Educação; Currículo; Deficiência Auditiva.

### ABSTRACT

In this article we intend to present a discussion of part of the studies carried out during the discipline Curriculum and school knowledge, offered in the seventh term of Pedagogy of the Faculty of Higher Education and Integral Training (FAEF). We approach hearing impairment and the possible adaptation of the school curriculum to meet this educational need. The objectives are to understand and analyze hearing impairment and its trajectory; To find notes for the organization of the school curriculum. Therefore, our theoretical contribution was made through bibliographic research.

Keywords: Education; Curriculum; Hearing deficiency.

### INTRODUÇÃO

No amplo tema da educação a inclusão vem despertando questionamentos nas pesquisas mais recentes, principalmente, pela modificação de um conjunto educacional inclusivo que traga responsabilidades às necessidades educativas. Neste artigo destacamos o trabalho educacional que envolve as especificidades dos alunos com deficiência auditiva, e um currículo que possa garantir-lhes, além do acesso, também, a sua continuidade nas escolas regulares, uma instrução ou ensino de qualidade.

As indagações norteadoras deste artigo são: se a criança frequenta a sala de aula regular e apresenta uma necessidade educacional especial (N.E.E), deve fazer uso dos

<sup>1</sup> Discente do Curso de Pedagogia pela Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF – Garça/SP) yolandabk@uol.com.br

<sup>2</sup> Docente mestre no Curso de Pedagogia, nas disciplinas: Recreação, jogos e movimentos; Natureza e Sociedade na Educação Infantil; Currículos e conhecimentos escolar. Gestão da democracia da escola I, Introdução da educação das relações étnico raciais no ensino. Pela Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF – Garça/SP) liztermay@hotmail.com

recursos tecnológicos desenvolvidos por estudiosos da Educação Especial que estejam disponíveis para ela, de que maneira? Estes recursos, que ao serem utilizados, podem potencializar a integração da criança e trará facilidades no processo ao qual ela se insere de ensino-aprendizagem? Partimos do pressuposto de respostas afirmativas, pois a construção de uma Educação Inclusiva ligada a Educação Especial pode efetivar o processo de inclusão escolar.

Na tentativa de respostas e discussões, nosso aporte metodológico foi a pesquisa bibliográfica. A partir desta análise direcionamos nosso foco à criança com surdez pois, a compreendemos como de direito, assim como as demais, sem discriminação, podendo ter seus direitos tanto de ter um sistema de comunicação adequado, de ser protegido perante sua vulnerabilidade, acesso a escolas especiais e poder frequentar escolas regulares, pois pertencem a um grupo minoritário. Os surdos vêm de um sistema educacional excludente e marginalizado, pois, o objetivo destes procedimentos seria oferecer oportunidades para que tantas crianças e jovens com Deficiência Auditiva tenham acesso a aprendizagem e aos recursos que lhes são de direito, assim tornam-se independentes, competentes capazes de construir sua felicidade e vida plena na sociedade

Ao longo da escrita deste artigo, vamos perpassar de maneira breve, sobre o histórico da Educação Especial e suas marcas no ensino regular.

Abordamos e destacamos a Deficiência auditiva e suas particularidades, para, então, tratarmos sobre um currículo que possa ser pensado e planejado para atender essas necessidades específicas.

Por fim, nossas considerações finais e referências utilizadas neste estudo.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **1 – História da Educação Especial: análise e diretrizes da educação**

A Educação Especial é historicamente marcada por extermínio, indiferenças, também abandonos e exclusão assim, eram tratados aqueles a quem consideravam “diferentes”. (GIARDINETTO, 2009, p.31).

Na verdade, o tema Educação Especial é muito recente na nossa história e carrega marcas de como as pessoas com deficiência são tratadas e consideradas em cada tempo.

Com o passar dos séculos surge, com a transformação do mundo, a necessidade de alfabetizar para a inserção das pessoas nas fábricas dentro de um cenário que deixava de ser agrícola, para se tornar industrial. Nesta perspectiva surgia ou crescia a segregação do indivíduo com deficiência pois ele não seria útil neste mercado e nada poderia ser feito. (GIARDINETTO, 2009, p.32).

Nas escolas regulares, o trabalho para alfabetização passa a ser intenso, visto que um grande número de pessoas ainda era excluído dos centros educacionais, por questões financeiras ou, até mesmo, pelas dificuldades do próprio trabalho agrícola.

Com o aperfeiçoamento da sociedade, houve um avanço no sentido de adequação destes indivíduos à sociedade.

Surgem, assim, a necessidade e preocupação para o atendimento do aluno com deficiência, no entanto, estes eram considerados grandes obstáculos para as salas de aulas, até mesmo por necessitarem de outras capacidades e adequações nas aulas.

Considerado um problema para a escola, criaram as escolas de atendimento especial, estabelecidas para atender as necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência e para garantir que os mesmos fossem controlados perante a sociedade.

Uma conscientização levou ao surgimento de leis que tendem a proteger e incluir esses cidadãos, bem como inseri-los à sociedade por meio de Coordenação Geral SEESP/MEC. (ARANHA, 2003).

O percurso educacional pelo qual a pessoa com deficiência passou ao longo da nossa história, está carregado por profundas marcas de exclusão e afastamento social, sendo centros para se ensinar o básico sobre o comportamento considerado adequado e aos cuidados pessoais, como higiene e alimentação.

A educação escolar, como conhecimento científico, ganha destaque recente e as particularidades de cada deficiência e necessidade educacional ainda é tema de muitas pesquisas e um grande desafio.

## **2 – Deficiência Auditiva: particularidades e desafios**

Segundo Aranha (2003, p.29), deficiência auditiva é perda total ou parcial congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido, manifesta-se como:

- ✓ Surdez leve/moderada: Perda auditiva de até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho.
- ✓ Surdez severa/profunda: perda auditiva acima de 70 decibéis que impede o indivíduo de entender com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir, naturalmente o código da língua oral tal fato faz com que a maioria dos surdos optem pela língua de sinais (ARANHA, 2003 p.29).

Ainda nas considerações de Aranha (2003), o direito da pessoa à educação é resguardada pela política nacional de educação independentemente de gênero, etnia, idade ou classe social. O acesso à escola extrapola o ato da matrícula e implica a apropriação de saber e das oportunidades educacionais oferecidas a totalidades dos alunos com objetivo de atingir as finalidades da educação, a despeito da diversidade na população escolar.

Ampliar e modificar a forma de trabalho requer conhecimento e recursos. Uma organização curricular que possa oferecer ao profissional, condições para se capacitar e para aportar seu trabalho, pode auxiliar no cumprimento do objetivo de uma educação inclusiva.

### **3 – Adequação Curricular para atender a criança com Deficiência Auditiva**

A aprendizagem escolar esta diretamente vinculada ao currículo, organizado para orientar dentre outros, os diversos níveis de ensino e as ações docentes.

As adequações curriculares são manifestações de dificuldades de aprendizagem na escola, apresentam-se como um contínuo, desde situações leves e transitórias que podem se resolver espontaneamente no curso do trabalho pedagógico até situações mais graves e persistentes que requerem o uso de recursos especiais para a solução. Atender a esse contínuo de dificuldades requer respostas educacionais adequadas envolvendo graduais e progressivas adequações do currículo, tais adequações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Quando necessário, é fundamental que se realize a adequação do currículo regular para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais.

Adequações para alunos com deficiência auditiva: Currículo de acordo com Giardinetto (2009).

- ✓ Materiais e equipamentos específicos: prótese auditiva, treinadores de fala, tablado, softwares educativos específicos etc.
- ✓ Textos escritos complementados com elementos que favoreçam a sua compreensão: linguagem gestual, língua de sinais e outros.
- ✓ Sala ambiente para treinamento auditivo de fala, rítmico etc.
- ✓ Posicionamento do aluno na sala de tal modo que possa ver os movimentos orofaciais do professor e dos colegas.
- ✓ Material Visual e outros de apoio, para favorecer a apreensão das informações expostas verbalmente (GIARDINETTO, 2009).

Segundo Giardinetto (2009), no Brasil, o desenvolvimento de inserção dos alunos deficientes à escola se deu gradativamente, pois a partir da obrigatoriedade da educação básica faz surgir salas especiais, neste período os alunos eram discriminados, pois ficavam afastados de seus familiares além de não garantir aprendizagem.

Giardinetto (2009) descreve que a partir da década de 60 ocorre mobilização a nível mundial, onde vários países estabelecem Inclusão destes indivíduos, em prol de uma inserção nas escolas regulares visando uma aprendizagem significativa.

Mas foi a partir da década de 70 que começou a se pensar numa filosofia de normalização e agregação intermediados pela legislação que oficializava que indivíduos deficientes auditivos frequentassem instituições comuns, tendo contato com pessoas ouvintes a fim de potencializar suas aprendizagens (GIARDINETTO, 2009).

De acordo com Giardinetto (2009, p.34), essas modificações trouxeram grandes avanços de maneira geral aos deficientes, apoio vagarosamente iam sendo inseridos às classes comuns, trazendo alguns subsídios na maneira de se pensar a educação destas crianças com deficiência.

Embora houvesse mudanças significativas, a acessibilidade ainda não estava garantida no aspecto de transitar no meio social, havia algumas barreiras, tanto estruturais quanto educacionais a serem superadas (GIARDINETTO, 2009).

Na década de 90, mais precisamente no ano de 94 aconteceu a declaração de Salamanca, denominada assim ocorreu na Espanha em Salamanca. Esta Declaração foi procedida pela convenção sobre os direitos da criança em 1988 seguida da Declaração

Mundial sobre Educação para todos, seguindo então uma tendência mundial de estabelecer e consolidar a educação inclusiva. (GIARDINETTO, 2009, p.37).

A Declaração de Salamanca foi uma conquista na qual as Nações Unidas O.N.U vem tratar princípios políticos e práticas dentro Educação Especial, para tanto reuniram-se nesse evento 92 representantes de países, mais 25 representando organizações internacionais que se reuniram então para assinar tal documento (GIARDINETTO, 2009 p.37).

A partir deste documento intensificavam-se os esforços em prol de uma educação inclusiva e que venha a atender os requisitos necessários destes alunos. Com a prática de políticas nacionais estaduais e municipais, efetivou-se este processamento, que ocorreu em razão e de acordo com as carências de seus cidadãos podendo assim oferecer amparo a grande parte da comunidade escolar. (GIARDINETTO, 2009).

A partir de então, com a Declaração de Salamanca intensificaram as leis voltadas as políticas públicas educacionais, objetivando a garantia legal aos direitos das crianças e jovens deficientes, que passaram gradativamente a frequentar escolas da rede regular (GIARDINETTO, 2009).

Com a entrada em vigor desses documentos houve avanços significativos na defesa dos direitos educacionais das crianças e jovens com deficiência, porém, é imprescindível uma averiguação desta atividade ou prática de maneira como torná-lo concreta, buscando, para isso, reflexões críticas, almejando a implantação de espaços inclusivos para toda a sociedade, elaborando para tanto projetos compartilhados de várias esferas, sendo elas: família, escola, órgãos públicos e população em geral. (GIARDINETTO, 2009)

As transformações desejadas tanto aspectos das práticas sociais pensar e atuar não vão ocorrer de repente ou simplesmente por força de decretos, mas implicam em decisões e necessidades de incentivos que venham a favorecer as mudanças desejadas.

Neste contexto a educação especial deve ser vista como função, ou atividade a colaborar com a Educação regular sempre que necessário, pois ambos educadores comum e especial compartilham as mesmas responsabilidades, projetar, ensinar, educar e avaliar (GIARDINETTO, 2009 p.43).

#### **4 – As práticas pedagógicas e seu entrelaçamento com o Currículo**

As práticas pedagógicas estão ligadas ao currículo em diferentes abordagens, desta forma podemos destacar a atividade de docente que se realiza nos meios educacionais e instituições escolares onde são empregadas, podemos concluir que tais práticas estão sujeitas a decisões individuais. (PLETSCH, 2010 p.157).

Nessas decisões as crianças com necessidades especiais carecem de uma estruturação da educação regular e educação especial, assim num conjunto paralelo através dos quais necessita para sua adaptação uma flexibilização e adequação do Currículo (PLETSCH, 2010).

Portanto nesta definição o entendimento de Currículo é amplo e pode ser consolidados através do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola (PLETSCH, 2010 p.160).

Segundo Pletsch (2010), ao citar Garcia (2006 p.162), manifesta um temor em relação ao ajustamento quando ao efeito deste, pois não deve ficar com seu conteúdo comprometido e por assim dizer restritos, pois a escolarização deve oferecer mais do que necessidades básicas de aprendizagem.

Uma possível solução ao “invés de ajustar” e assim caracterizar, tornando o conteúdo exclusivo, dentro da escola comum seria então a necessidade de novas práticas, possibilitando mudanças nas concepções e valorizando diferenças permitindo a adaptação do aluno excludente e uma abertura para a aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão dos deficientes auditivos pode ser compreendida como prática que caminha com passos breves e demorados pela história da humanidade e vem se atualizando ao longo das épocas.

Mudanças significativas e recentes verificadas por meio de práticas e políticas nacionais implantadas após a Declaração de Salamanca e ao longo dos anos, foram grandes auxiliadoras de avanços na educação especial deste grupo de pessoas, porém a transformação desejada vai além de práticas, requer transformações sociais, práticas sociais; como pensar e atuar com responsabilidades e um olhar diferenciado para o

currículo, como um aporte seguro para o trabalho do profissional professor, desde que pensado de forma coerente com a realidade de cada escola e da sua comunidade.

As questões que levantamos logo no início deste artigo e das ideias norteadoras para ele, podem se respondidas e justificadas com a necessidade de um preparo pedagógico por parte do professor e de todo grupo escolar que recebe a criança com Deficiência Auditiva, para uma utilização efetiva dos recursos tecnológicos desenvolvidos por estudiosos da Educação Especial e que estes estejam disponíveis para o trabalho do professor e para a melhoria e da aprendizagem do aluno. Toda essa organização, se prevista em um currículo adaptado, pode facilitar sim o processo de ensino e aprendizagem, não só do aluno com necessidade educacional especial, mas de todos que com ele estudam e interagem em ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. *Estratégias para a Educação de alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília. Ministério da Educação. 2003.

GARCIA, V.P.C. *Prática pedagógica e necessidades educacionais especiais: a relação didática em sala de aula*. 268 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia/ MG, 2006.

GIARDINETTO, A.R dos S.B. *Educação do aluno com autismo: um estudo circunstanciado da experiência escolar inclusiva e as contribuições do Currículo funcional natural*. Marília, 2009.

PLETSCH, M.D. *Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual*. Rio de Janeiro: Nau: Edur, 2010.